



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
8ª Câmara Cível

Substituto Desembargador Ricardo Paes Barreto

25
122

Recurso de agravo nº 202776-1/01 - Comarca do Recife

Agravantes: José Edson dos Santos e outros.

Agravado: Estado de Pernambuco.

5526

EMENTA: CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. GARANTIA DO SALÁRIO MÍNIMO. TOTAL DOS VENCIMENTOS. RECURSO DE AGRAVO IMPROVIDO À UNANIMIDADE. 1. A garantia do salário mínimo, prevista o art. 7º, IV, da CF, de aplicação obrigatória aos servidores públicos, na linha do art. 39, § 2º, da CF, deve ser entendida como alusiva ao total dos vencimentos, não à base salarial, no caso concreto o soldo dos militares estaduais agravantes, inclusive sob pena de afrontar os enunciados das Súmulas Vinculantes nºs 4 e 16 do STF. 2. O soldo percebido pelos Servidores Militares do Estado de Pernambuco compõe parcela básica da remuneração líquida total, cujo valor é superior ao salário mínimo. 3. De qualquer sorte, a pretensão de vincular a referida parcela ao salário mínimo, esbarra na proibição da parte final do inciso IV do art. 7º da Constituição Federal. 4. Precedentes do STF e do STJ citados. 5. Recurso de agravo unanimemente improvido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos do recurso de agravo nº 202776-1/01, acima referenciado, ACÓRDÃO os Desembargadores integrantes da 8ª Câmara Cível deste Tribunal de Justiça, em sessão desta data, unanimemente, no sentido de negar-lhe provimento, nos termos do voto, da ementa e da resenha, que fazem parte integrante do julgado.

P.R.I.

Recife, 4 de fevereiro de 2010

Des. Ricardo Paes Barreto - Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
8ª Câmara Cível
Gabinete Desembargador Ricardo Pires Barreto

26
123

Recurso de agravo nº 202776-1/01 – Comarca do Recife
Agravantes: José Edson dos Santos e outros.
Agravado: Estado de Pernambuco.

RELATÓRIO

Cuida-se de recurso de agravo diante de decisão terminativa proferida nos autos do reexame necessário e apelação cível em apenso, a qual deu-lhes provimento, no sentido de julgar improcedente a pretensão deduzida na inicial, qual seja, percepção de diferenças salariais, referentes aos respectivos VBR's (Vencimentos Básicos de Referência) dos agravantes, nos termos da Lei nº 11.216/95.

Segundo os agravantes, a decisão que se busca integrar merece reforma, sob fundamento de ser cogente a determinação imposta pelos arts. 11 e 12 da Lei nº 11.216/95, aduzindo ainda que a aludida lei não tratou do valor da remuneração total, mas sim do soldo, este entendido como o vencimento básico do servidor militar, fixado de acordo com o posto ou graduação que ocupa.

Requer, ao final, o provimento do integrativo, para fins de destrancamento do apelo, com o seu regular seguimento.

É o relatório.

VOTO

Eis o teor da decisão monocrática agravada:

Trata-se de reexame necessário e apelação diante de sentença que julgou procedente a ação ordinária de origem, condenando o Estado apelante a pagar aos apelados as diferenças salariais reclamadas, referentes aos seus respectivos VBR's (Vencimentos Básicos de Referência), nos termos da Lei Estadual nº 11.216/95, ou seja, respeitado o valor do salário mínimo de R\$ 130,00 (cento e trinta reais), com as repercussões de direito, no período de outubro de 1997 a julho de 2001, incidindo juros legais de 6% (seis por cento) ao mês e correção monetária unificada, além das custas processuais e honorários advocatícios, estes fixados em 10% (dez por cento) do montante devido. Em suas razões recursais, o apelante requer o provimento do apelo, com a reforma do julgado, indicando que o valor mínimo deve corresponder à totalidade dos vencimentos dos apelados, e não apenas sobre o soldo, prequestionando diversos artigos de lei de regência. Sem contrariedade, vieram em seguida os autos conclusos. Feito este breve relato, decido monocraticamente. A sentença que ora se revisa obrigatória e voluntariamente merece reforma, pois embora a jurisprudência dominante deste Sodalício fosse no sentido declarado na sentença, posteriormente tanto o STF, quanto o STJ, firmaram posição definitiva no sentido de que a garantia do salário mínimo, prevista o art. 7º, IV, da CF, de aplicação obrigatória aos servidores públicos, na linha do art. 39, § 2º, da CF, deve ser entendida como alusiva ao total dos vencimentos, não à base salarial, no caso concreto o soldo dos militares

Q

estaduais apelados, inclusive sob pena de afrontar o enunciado da Súmula Vinculante nº 4 do STF. No sentido posto, confirmam-se os arestos adiante ementados do STJ, com referência a precedente do STF relativo a caso idêntico ao que nesta sede se revisa: PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM RECURSO EM MANDADO DE SEGURANÇA. SOLDOS NUNCA INFERIORES AO SALÁRIO MÍNIMO. CF, ARTS. 7º, IV E VIII, E 39, § 2º. 1. A remissão prevista na CF, art. 39, § 2º, restringe-se aos servidores públicos civis da Administração Pública direta, autárquica e fundacional, sendo certo que os militares dos Estados e do DF (membros da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros) têm seus direitos previstos em outro dispositivo constitucional (art. 42), e que não faz qualquer menção ao piso remuneratório de 01 (um) salário mínimo. 2. Ainda que não fosse, o STF tem declarado a inconstitucionalidade de normas estaduais que expressamente fazem essa previsão, em favor dos servidores militares, de soldo nunca inferior ao salário mínimo nacionalmente unificado. Ofensa à parte final do art. 7º, IV, da CF, que proíbe a vinculação do salário mínimo para qualquer fim, 'uma vez que, sendo o soldo apenas uma parcela da remuneração total dos servidores militares, as demais que compõem essa remuneração e que incidem sobre o soldo, estariam vinculadas ao salário mínimo' (RE nº 248.316-8/RS, rel. Min. Moreira Alves, DJ 07/04/2000). 3. Embargos acolhidos com efeito modificativo, a fim de negar provimento ao Recurso Ordinário (STJ, ED no RMS nº 11863/PE, T5, rel. Min. Edson Vidigal, DJ de 13/08/2001). RECURSO ORDINÁRIO EM MANDADO DE SEGURANÇA. ADMINISTRATIVO. MILITARES ESTADUAIS MILITARES. SOLDOS. PARCELA BÁSICA DA REMUNERAÇÃO. SUPERIOR AO SALÁRIO MÍNIMO. NORMA CONSTITUCIONAL QUE IMPOSSIBILITA A VINCULAÇÃO. ART. 7º, INCISO IV, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. RECURSO DESPROVIDO. 1. O soldo percebido pelos Servidores Militares do Estado de Pernambuco compõe parcela básica da remuneração líquida total, cujo valor é superior ao salário mínimo. 2. De qualquer sorte, a pretensão de vincular a referida parcela ao salário mínimo, esbarra na proibição da parte final do inciso IV do art. 7º da Constituição Federal. 3. Precedentes desta Corte: RMS 10.693/MS, Rel. Ministro Edson Vidigal, DJ de 05/03/2001; RMS 14.404/PE, Rel. Min. José Arnaldo da Fonseca, DJ de 11/11/2002 e RMS nº 14.341/PE, Rel. Min. Jorge Scartezzini, DJ de 19/12/2003). 4. A matéria concernente à percepção do abono de que trata o art. 17 da Lei estadual nº 11.216/95, não foi objeto de análise pelo Tribunal de origem, razão pela qual o seu exame por esta Corte Superior implicaria em vedada supressão de instância. 5. Recurso ordinário desprovido (STJ, RMS 14332/PE, T5, rel. Min. Laurita Vaz, DJ de 05/04/2004). Desse modo, com arrimo no art. 557, § 1º-A, do CPC, dou provimento ao reexame necessário para julgar improcedente a pretensão deduzida na origem, invertido o ônus da sucumbência, fixando-se os honorários advocatícios, nos termos do § 4º do art. 20 do CPC, em R\$ 1.000,00 (um mil reais), a serem divididos pelos apelados em partes iguais, com incidência de correção monetária desta data, declarando prejudicado o apelo.

Após o trânsito em julgado, baixem-se os autos ao juízo de origem, para fins de direito. P. e I. Recife, 24 de novembro de 2009
Des. Ricardo Paes Barreto, Relator.

A decisão isolada desta Relatoria é bastante clara no sentido de que, embora a jurisprudência dominante deste Sodalício fosse no sentido declarado na sentença, posteriormente tanto o STF, quanto o STJ, firmaram posição definitiva no sentido de que a garantia do salário mínimo, prevista no art. 7º, IV, da CF, de aplicação obrigatória aos servidores públicos, na linha do art. 39, § 2º, da CF, deve ser entendida como alusiva ao total dos vencimentos, não à base salarial, no caso concreto o soldo dos militares estaduais agravantes, inclusive sob pena de afrontar os enunciados das Súmulas Vinculantes nºs 4 e 16 do STF.

Diante de todo o exposto, nego seguimento ao presente recurso de agravo, mantendo-se a decisão fustigada em todos os seus termos.
Recife, 4 de fevereiro de 2010

125

Des. Ricardo Paes Barreto
Relator